

**Angélica Patrícia da Silva Rocha  
Edson Luiz da Silveira  
Júlio Ramos de Souza  
Lucas de Castro Maia  
Michelle Cristiane Vieira Rodrigues**

**Práticas adotadas pelas empresas de grande porte para a  
estruturação das demonstrações contábeis contemplando as mudanças  
introduzidas pela Lei 11.638/2007**

Artigo Científico apresentado às disciplinas:  
Contabilidade Avançada, Contabilidade Fiscal e  
Tributária, Contabilidade de Entidades de  
Previdência Privada e Seguradoras, Microeconomia,  
Psicologia aplicado às Organizações e Planejamento  
e Gestão Governamental do 4º Período do Curso de  
Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências  
Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Luciano de Castro Garcia Leão  
Edvar Lúcio Miranda  
Geraldo de Assis Souza Júnior  
Frederico Sande Viana  
Joana D'arc Alves  
Amaro da Silva Júnior

Belo Horizonte  
22 outubro 2008

**Práticas adotadas pelas empresas de grande porte para a  
estruturação das demonstrações contábeis contemplando as mudanças  
introduzidas pela Lei 11.638/2007**

**RESUMO**

A finalidade do presente artigo é discorrer sobre práticas contábeis adotadas pelas empresas de grande porte, com a finalidade de se adequarem às mudanças oriundas da lei 11.638/2007. A referida lei tem como parte de seu escopo o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira nos moldes das normas internacionais de contabilidade. Algumas das demonstrações, agora obrigatórias, já faziam parte do dia a dia de algumas empresas. Alguns itens desta lei, no entanto, ainda necessitam regulamentação por parte da Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

A empresa que será objeto de análise é a Petróleo Brasileiro S.A, inscrita no CNPJ 33.000.176/0001-01, com sede à Av. República do Chile, 65 24º Andar, Rio de Janeiro - RJ. O presente artigo foi elaborado, conjuntamente, através da análise das demonstrações contábeis referentes ao primeiro trimestre do ano de 2008 (ITR) da referida empresa, consultas a lei 11.638/2007, a regulamentações feitas pela CVM e pesquisa de campo.

**PALAVRAS-CHAVE**

Demonstração de Fluxo de Caixa; Demonstrações Contábeis; Demonstração de Valores Adicionados; Equivalência; Consolidado; Lei 11.638/2007.

## **1 INTRODUÇÃO**

A finalidade do presente artigo é discorrer sobre práticas contábeis adotadas pelas empresas de grande porte, com a finalidade de se adequarem às mudanças oriundas da lei 11.638/2007. A referida lei tem como parte de seu escopo o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira nos moldes das normas internacionais de contabilidade. Ao final do ano de dois mil e sete iniciou-se uma nova etapa na contabilidade das empresas no Brasil. Em 28 de dezembro daquele ano, foi publicada a Lei 11.638 que altera a antiga lei das Sociedades por ações alinhando-se às IFRS (International Financial Reporting Standards), utilizadas em mais de cem países.

Um dos aspectos mais importantes da nova lei é a maior transparência das informações. Algumas medidas contribuem para isso, entre elas, a contabilização pelo valor de mercado dos ativos e passivos vertidos em operações de incorporação, cisão e fusão de empresas. Também contribuiu a obrigatoriedade de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias de grande porte de capital aberto e a exigência de terem suas Demonstrações Financeiras auditada por auditores independentes. Ao introduzir padrões contábeis confiáveis e universalmente conhecidos, auditoria independente e melhor divulgação das informações que trarão muitos benefícios às empresas.

Dentre as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 temos a adoção da demonstração dos fluxos de caixa (DFC) em substituição à demonstração das Origens e aplicações de recursos (DOAR), criação do grupo de ativos intangível, ajustes a valor presente de ativos e passivos de longo prazo.

Para fins de compreender as práticas adotadas pelas empresas

contemplando as mudanças introduzidas pela nova lei analisaremos as Demonstrações Contábeis da Petrobras referentes ao primeiro trimestre da companhia.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

A empresa objeto de estudo é uma entidade comercial que tem como atividade principal a prospecção de petróleo e gás, refino e produção de derivados destes. O capital social integralizado desta é composto por 4.387.038.370 ações, sendo 2.536.673.672 preferenciais e 1.850.364.698 ordinárias. Tendo sua natureza de controle acionário Estatal Holding (PETROBRAS, 2008).

As ações preferenciais são aquelas que conferem ao titular prioridades na distribuição de dividendos, fixo ou mínimo, e no reembolso do capital. Entretanto, não dão direito a voto ao acionista na Assembléia Geral da empresa, ou restringem o exercício desse direito. Já as ações ordinárias conferem ao titular os direitos essenciais do acionista, especialmente participação nos resultados da companhia e direito a voto nas Assembléias da empresa, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto (O GLOBO, 2008).

O termo "holding" (controladora) implica que a sociedade tem a totalidade ou parte de seu capital aplicado em ações de outras sociedades, gerando controle sobre a administração das mesmas, assegurando-se, dessa forma, uma concentração do poder decisório nas mãos da Controladora. Já o termo "Estatal" implica que o governo tem participação majoritária no capital dessa holding.

Por sua vez a Petrobras constitui-se numa Sociedade de Economia Mista, isso implica a colaboração entre o Estado e particulares, ambos reunindo recursos com objetivo econômico (atuação atípica do Setor Público). Por sua vez, essa entidade não tem nenhum tipo de benefício em relação a isenções fiscais ou

de foro privilegiado. Ou seja, essa sociedade está sujeita a todas as obrigações e exigências legais de âmbito tributário, fiscal e dentre outros (Wikipédia, 2008).

No tocante a participação governamental, destaca-se que dentre as 2.536.673.672 ações ordinárias, a União Federal detém 1.413.258.228 (um bilhão, quatrocentos e treze milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e duzentos e vinte e oito) destas, perfazendo 55,71% do total dessas ações. Em relação ao total do Capital Social, a União Federal detém a percentagem de 32,21%, conforme evidenciado nos gráficos 1 e 2, do Apêndice A (PETROBRAS, 2008).

No que se refere às obrigações tributárias, a Petrobras tem uma expressiva contribuição econômica para o País, medida por meio da geração de impostos, taxas e contribuições sociais correntes, sendo gerado, somente no 1º trimestre de 2008, o total de R\$ 14.005.000 (quatorze milhões e cinco mil reais). Desse montante de tributos gerado, tem-se com maior expressão o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com 32,49%, num total de R\$ 4.550 mil; seguido pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com 27,76%, com total de R\$ 3.888 mil; e em terceiro tem-se o PASEP/COFINS com 21,75%, perfazendo um total de R\$ 3.046 mil, conforme demonstrado no gráfico 3 do Apêndice A (PETROBRAS, 2008).

Outro fator que acompanha o crescimento da Petrobras são as Participações Governamentais, que consistem nos pagamentos a serem realizados pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, conforme previsto na Lei nº 9.478/97. Incluem bônus de assinaturas, royalties, participação especial e pagamento pela ocupação ou retenção de área. O Decreto nº 2.705/98 estabelece os critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais (BRASIL, 2008). O aumento das

participações supracitadas deve-se, dentre outros fatores, a variações do preço médio do petróleo, conforme explicitado nas Informações Trimestrais 1T-2008

As participações governamentais no País aumentaram 53%, em relação ao 1T-2007, refletindo o acréscimo de 42% no preço médio de referência do petróleo nacional, que alcançou R\$ 139,57(US\$ 80,45), no 1T-2008, contra R\$ 98,20 (US\$ 46,62) no mesmo período de 2007, baseado nas cotações internacionais do petróleo, e associado ao aumento na produção, devido, principalmente, à entrada em operação das plataformas P-34 (Jubarte), FPSO-Cidade do RJ (Espadarte), FPSO-Cidade de Vitória (Golfinho), P-52 (Roncador) e P-54 (Roncador), compensando o declínio natural da produção. As participações governamentais no País aumentaram 11%, em relação ao 4T-2007, refletindo o acréscimo de 5% no preço médio de referência do petróleo nacional, que alcançou R\$ 139,57 (US\$ 80,45), no 1T-2008, contra R\$ 133,54 (US\$ 74,84) no 4T-2007, baseado nas cotações internacionais do petróleo, associado ao aumento no volume de produção devido às plataformas recém-instaladas nos campos de Golfinho e Roncador.

Neste sentido, demonstra-se, no Gráfico 4 do Apêndice A, a evolução das participações governamentais, nos primeiros trimestres dos exercícios fiscais de 2005 a 2008.

Ademais, a União Federal tem a Petrobras como uma grande aliada para o crescimento do país, pois esta empresa representa uma fatia significativa do Orçamento de Investimentos da União para o exercício de 2008, impactando diretamente no PIB nacional. Para o ano de 2008 o Governo Federal estima um Orçamento de Investimentos na órbita dos R\$ 62.122.693.446 (sessenta e dois bilhões, cento e vinte e dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e quatrocentos e quarenta e seis reais). Desse total, o montante de R\$ 56.122.267.352, correspondente a 90,34%, serão provenientes do Ministério de Minas e Energia. Por sua vez, a Petrobras, estatal ligada a esse Ministério, colaborará com R\$ 36.885.718.452, o que representa 65,72% da participação do Ministério no Orçamento. Já em relação ao total do Orçamento de

Investimentos, a Petrobras representa uma participação de 59,38% (BRASIL, 2008).

Contudo, se considerarmos a participação do Grupo Petrobras no Orçamento de Investimentos da União, essa representará um percentual 77,08%, perfazendo um montante de R\$ 47.886.848.120. Dessa forma, demonstra-se, nos Gráficos 5 a 9 do Apêndice A, a participação da Petrobras no Orçamento de Investimentos da União para o exercício de 2008.

Com o advento da Lei 11.638/07 introduziu-se a partir deste ano uma nova demonstração contábil intitulada de Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Essa alteração trouxe a obrigatoriedade da elaboração da DVA para as companhias abertas facultando-a para as demais sociedades de capital fechado ou limitada.

Segundo Azevedo (2008, p. 119) a Demonstração de Valor Adicionado era divulgada anualmente e voluntariamente por algumas companhias abertas com a finalidade de divulgar e identificar o valor da riqueza gerada pela entidade e como essa riqueza foi distribuída entre diversos setores que contribuíram para sua geração. O valor adicionado demonstra a efetiva contribuição da empresa dentro de uma visão global de desempenho, para a geração da riqueza da economia na qual está inserida, sendo resultado do esforço conjugado de todos os seus fatores de produção.

A Petrobras voluntariamente publicava sua Demonstração de Valor Adicionado mesmo antes de entrar em vigor a Lei 11.638/07, sendo elaborada nos moldes do ofício circular CVM/SNC/SEP nº01/07, Resolução CFC nº 1.010/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Entretanto, caso a Petrobras não publicasse sua DVA nos anos anteriores à nova lei, os investidores e a sociedade em geral, teriam a partir deste ano uma visão macroeconômica do desempenho da companhia, identificando a riqueza por ela gerada e a maneira

pela qual foi distribuída.

Analisando as demonstrações do valor adicionado da Petrobras publicadas este ano verificamos, por exemplo, que o valor adicionado do primeiro trimestre de dois mil e oito foi superior a vinte e quatro por cento (24%) em relação ao mesmo período do ano de dois mil e sete e que o principal beneficiário foi o grupo de acionistas com uma elevação de trinta por cento (30%) comparados ao mesmo período do ano anterior.

Comparando o segundo trimestre deste ano, tem-se um aumento de dezessete por cento (17%) no valor adicionado e o grupo de acionistas mantêm-se como principal beneficiário tendo um aumento de trinta e cinco por cento (35%) em relação ao primeiro trimestre de dois mil e oito.

A DVA é uma demonstração muito útil, inclusive do ponto de vista macroeconômico, uma vez que, conceitualmente, o somatório dos valores adicionados de um país representa, na verdade, o seu Produto Interno Bruto (PIB). O PIB indica a riqueza gerada por um país a qual é representada pela quantidade de sua produção própria durante determinado período.

Tendo como exemplo a Petrobras, vemos que seu plano de investimentos no Brasil, prevê a geração de novecentos e dezessete mil postos de trabalho, com trezentos e trinta e oito mil indiretos no efeito renda e trezentos e cinqüenta mil na cadeia produtiva. O Valor Adicionado no País, que mede a contribuição da Petrobras para o Produto Interno Bruto (PIB), representa, em média, cerca de 10% do PIB brasileiro (BALANÇO SOCIAL E AMBIENTAL, 2007).

A diferença entre o modelo de DVA econômico e o contábil é que o primeiro utiliza o conceito de produção. Já o modelo contábil utiliza conceito de vendas para obter o valor adicionado ou riqueza criada pela empresa (AZEVEDO, 2008).



O valor adicionado de uma empresa, elaborado na forma contábil, representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral, pela diferença entre vendas e o total dos insumos adquiridos de terceiros.

Tanto a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) quanto da DVA são representadas pelas vendas menos os consumos de materiais e serviços. A diferença existente entre elas é que a DRE objetiva apresentar a riqueza gerada pela entidade pertencente aos sócios ou acionistas, já a DVA visa demonstrar a riqueza gerada pela entidade de uma forma mais detalhada pertencentes à sociedade de um modo geral. Quem gerou e para quem foi distribuído. A exigência da demonstração do valor adicionado está relacionada com o balanço social das entidades que apresentado em conjunto com as demonstrações contábeis, amplia o conhecimento sobre as atividades econômicas e o seu valor para a sociedade, orientando os investidores que tenham como objetivo conhecer as informações de natureza social e produtividade (AZEVEDO, 2008, p. 121).

A Petróleos Brasileiro S.A. (Petrobras) é um dos maiores conglomerados de empresas do mundo com controladas e coligadas que atuam nas áreas de exploração de Petróleo, Distribuição de Combustíveis, Locação de equipamentos para exploração petrolífera e transportadora dentre outros.

Devido à grandiosidade do grupo todas as transações entre sociedades controladas e coligadas, as quais estão demonstradas no anexo I do Apêndice B, são eliminadas nas demonstrações financeiras do grupo. Segundo informações da empresa, os cálculos para o saldo do consolidado são realizados com base no critério de se somar as transações, de mesma função e classificação contábil, entre companhias, em linha horizontal, de forma que se

tenham os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações do Resultado com os saldos totais do grupo mantidos apenas com terceiros.

Com o advento da Lei 11.638/07, a CVM passará a exigir das empresas Sociedades Anônimas que, a partir de 2010, publiquem suas demonstrações financeiras consolidadas baseadas nas regras internacionais de contabilidade (IFRS) de forma comparativa ao ano anterior, conforme resumo das alterações da nova Lei Societária elaborado pela empresa de consultoria KPMG. Fica facultado a empresa apresentar as suas Demonstrações Financeiras consolidadas, já com base nas normas internacionais, a partir do ano de 2009.

Tendo esta mudança em mente, já durante o primeiro ITR (Resultado Trimestral) do ano de 2008, a Petrobras, em suas notas explicativas, já se pronunciou quais serão os efeitos das exigências da nova Lei em seus processos de consolidação.

Segundo as notas explicativas da companhia, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os investimentos da companhia nos quais a mesma possuir influência significativa na administração, ou aquelas em que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas ou em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sobre controle comum. A companhia esclarece ainda que não houve efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da companhia devido às alterações propostas pela Lei 11.638/07.

Ressalta-se que a principal participação da "holding", é na Petrobras Distribuidora S.A. - BR, a qual possui um valor na controladora, pelo Método de Equivalência Patrimonial, em 31/03/2008, de R\$ 7.179.514.000. A Petrobras também consolida empresas controladas em conjunto, como por exemplo, a Termoçu S.A.

O tratamento dado pela empresa às transações com partes relacionadas está evidenciado na Nota Explicativa nº 5,

Partes relacionadas

As operações comerciais da Petrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As operações de compra de petróleo e derivados efetuadas pela Petrobras com a subsidiária PifCo possuem prazo maior de liquidação em função de a PifCo ser uma subsidiária criada para esse fim, com a cobrança dos devidos encargos incorridos no período. Os repasses de pré-pagamento de exportações e de captação de recursos no mercado internacional são efetuados nas mesmas taxas obtidas pela subsidiária. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

Conforme observado na comparação entre o balanço patrimonial da controladora e do consolidado do grupo, o Patrimônio Líquido (PL) de ambos não possui o mesmo saldo, o que não é comum, quando se está consolidando saldos das contas do grupo do PL. De acordo com a Nota Explicativa nº 4 da Análise do Desempenho do Consolidado do Grupo Petrobras, esta disparidade se deu na operação de "Reversão parcial (absorção) de PL negativo de controlada", conforme citada a seguir.

De acordo com a Instrução CVM Nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanentes (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, as perdas ocasionadas por passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de controladas não influenciaram o resultado e o patrimônio líquido da Petrobras em 31.12.2007, gerando item de conciliação entre as Demonstrações Contábeis da Petrobras e as Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Observa-se também que a participação de minoritários, pela

companhia denominada como "Participação de acionistas não controladores", representa no primeiro ITR uma provisão de resultado de exercício futuros de R\$6.240.475 mil, de acordo com as normalizações da Lei 6.404/76. Sendo que quando a empresa adota os critérios da Lei 11.638/07, a mesma aumenta para R\$ 6.882.272 mil. Vale ressaltar que a participação de minoritários está registrada somente nas demonstrações consolidadas da companhia, estando corretamente apresentada.

Também se observou a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) da companhia, vide anexo II do Apêndice B, a qual passou a ser uma demonstração obrigatória pela nova Lei 11.638/07.

A DFC tem como principal objetivo prover informação sobre os pagamentos e recebimentos de uma empresa, em dinheiro em caixa ou equivalentes caixa (bancos, investimentos de curto prazo, etc.), ocorridos no período do primeiro ITR da Petrobras.

Verifica-se que a Empresa publicou sua DFC baseada no método Direto de Apresentação. Não há também explicação sobre o motivo da não publicação da DFC pelo método Indireto, mas entende-se que por se tratar de uma publicação trimestral a empresa não se pronunciou quanto esta publicação, uma vez que a legislação societária exige somente uma publicação anual. Ressalta-se que na publicação das Demonstrações Financeiras da Data Base de 31/12/2007 a mesma enfatizou a Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos em papel de trabalho individual. Portanto, na data base de 31/12/2008, a companhia deverá publicar sua DFC e explicar em notas explicativas os efeitos nas disponibilidades do método não publicado, seja o Direto ou Indireto, ou até mesmo publicar ambos os métodos.

Na publicação trimestral foi observado que foram lançadas como ajustes às atividades operacionais, operações usuais ao negócio da companhia, tais quais Depreciação e Amortizações,

participação de acionistas minoritários, as variações de estoque, fornecedores e nos planos de pensões e saúde mantidos pela companhia. Entende-se, portanto, aquelas atividades que são normalmente incluídas como atividades operacionais na DFC, tais quais, Recebimentos de Receitas (Recebimento de Vendas, Recebimentos de Dividendos/JSCP, etc.) e os desembolsos efetuados pela companhia (Recolhimento de Tributos, Pagamento de Dividendos, etc.) estão englobados na publicação da empresa.

Já nas atividades de investimentos estão englobadas as atividades de investimentos diretas da companhia que figuram no Ativo Realizável a Longo Prazo e no Permanente, como aquisição de Ativos Permanente, classificado na DFC como "Outros Investimentos", e explicados em notas explicativas quais foram às aquisições por área de negócios da Petrobras. Como atividades de investimentos foram classificadas os investimentos em Refino e Transporte, Gás e Energia, Distribuição, Segmento Internacional, Dividendos a receber, títulos de Valores Mobiliários, Exploração e Produção (E&P) e outros investimentos. Nas notas explicativas estão abertos em detalhes estes investimentos, os quais são diretos e são em longo prazo, e como exemplo citamos os Investimentos no Segmento Internacional, os quais são realizados em outros países como, Venezuela, Bolívia dentre outros, estes nos qual a Petrobras possui investimentos permanentes em empresas destes países, muitas das quais é controladora e estão consolidadas nas demonstrações financeiras do primeiro ITR.

Por fim, como atividade de financiamento a Petróleo Brasileiro, classificou somente duas operações, quais são Financiamentos e Dividendos. Os dividendos ali classificados, ao contrário do classificado como atividade de investimentos, são aqueles os quais a companhia deverá distribuir ao mercado referente à apuração do resultado do primeiro trimestre. Já os

financiamentos representam aqueles recursos obtidos que deram entrada na tesouraria da empresa, tais quais os empréstimos obtidos do BNDES, de bancos comerciais, etc.

Percebe-se, portanto, que as informações consolidadas e da Demonstração de Fluxo de Caixa estão suficientemente apresentadas na publicação das Demonstrações Financeiras do primeiro resultado trimestral da companhia e estão sendo elaboradas de acordo com as normas contábeis vigentes no país e já englobam, em partes, as novas exigências da nova lei societária, 11.638/07.

No que se refere a seus funcionários, a Petrobras possui plano de previdência complementar com o objetivo de suplementar o benefício da Previdência Social, para que estes tenham uma aposentadoria mais tranqüila. O plano é administrado pela Petros, que é uma entidade fechada de previdência complementar - EFPC, sem fins lucrativos.

Inicialmente, a Petros foi criada para administrar apenas o fundo de pensão dos funcionários do Sistema Petrobras, passando posteriormente a administrar também planos de outras empresas, associações, sindicatos e entidades de classe.

O plano de previdência complementar da Petrobras possui três modalidades, que compreende o plano Benefício Definido (BD), onde o valor do benefício é conhecido no ato da contratação do plano e as contribuições são calculadas de acordo para que o benefício seja pago de forma vitalícia. Possui, também, o plano de Contribuição Definida (CD), onde o benefício é calculado por ocasião do fato gerador, cujo valor é obtido pelo fundo acumulado e o benefício é pago por tempo determinado. Por fim, tem-se a Contribuição Variável (CV), que é aquela modalidade que une os planos anteriores, com características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e Benefício Definido (BD) na fase de recebimento do benefício.

Os benefícios concedidos pela Petros aos seus participantes, conforme art. 53 de seu regulamento compreende o Benefício Programado, denominado Aposentadoria Normal e os Benefícios de Risco previdenciário, contemplando a Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte de Participante Ativo, Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão e Pecúlio por Morte.

### **3 CONCLUSÃO**

Conclui-se que, embora as alterações introduzidas pela Lei 11.638/07 passarão a ser exigidas para as demonstrações contábeis apresentadas em 2009, a empresa analisada usou a prerrogativa de utilizar tais mudanças já a partir do primeiro trimestre de 2008, conforme foi observado na sua publicação das Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro ITR.

A Petrobras utilizou as notas explicativas para demonstrar os efeitos oriundos da aplicação da nova Lei em suas práticas contábeis. As demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) e de Valor Adicionado (DVA) bem como, os balanços consolidados atendem ao já regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM).

É de suma importância a iniciativa da Petrobras em se adequar prontamente à nova legislação, pois desta forma ela se enquadra nos padrões internacionais de contabilidade, os quais serviram de base para a elaboração da Lei 11.638/07.

Vale ressaltar ainda a revolução contábil provocada pelas mudanças determinadas pela referida lei, pois como já relatado, mais de cem países praticam as IFRS (International Financial Reporting Standards). Agora com advento da lei, o Brasil passará a fazer parte deste grupo, que utiliza de uma mesma prática contábil, o que refletirá na confiabilidade das demonstrações

contábeis das entidades nacionais, o que por sua vez, possibilitará a transparência e visibilidades das mesmas no cenário internacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC X DVA:** Demonstração dos fluxos de caixa



e demonstração do valor adicionado. São Paulo: IOB, 2008, 161p.

BRASIL, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **O que são participações governamentais?** Disponível em: <[http://www.anp.gov.br/participacao\\_gov/](http://www.anp.gov.br/participacao_gov/)>. Acesso em: 18 out. 2008.

BRASIL, Associação Nacional dos Participantes da Petros (APAPE). **Regulamentos & Códigos Petros.** Disponível em: <<http://www.apape.org.br/docs.htm/>>. Acesso em: 17 out. 2008.

BRASIL, Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Companhia Abertas; Informações Sobre as empresas - informações periódicas eventuais, Brasília.** Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/dxw/FrDXW.asp?oeda=&tipo=4&data=30/06/2008&razao=PETROLEO20BRASILEIRO%20S.A.20PETROBRAS&site=C&pregao=PETROBRAS&ccvm=9512>>. Acesso em: 18 out. 2008.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento Anual de 2008 - Anexo VI.** Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/080324\\_Lei\\_11647\\_Vol\\_VI.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/Leis/080324_Lei_11647_Vol_VI.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2008.

O GLOBO. **Entenda a diferença entre ações preferenciais e ordinárias.** Caderno de Economia. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2006/11/13/286621607.asp>> Acesso: 14 out. 2008.

PETROBRAS, Petróleo Brasileiro S.A. **Relação com Investidor.** Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/portal/RelacoesInvestidor.htm>> Acesso: 19 out. 2008.

PETROBRAS, Petróleo Brasileiro S.A. **Informações Financeiras Trimestrais - ITR - 1T2008.** Disponível em: <[http://wiki.advfn.com/br/index.php/Petrobras:Link\\_para\\_PDF\\_dos\\_balan%C3%A7os#Balan.C3.A7o\\_Patrimonial\\_2008](http://wiki.advfn.com/br/index.php/Petrobras:Link_para_PDF_dos_balan%C3%A7os#Balan.C3.A7o_Patrimonial_2008)> Acesso: 30 set. 2008.

WIKIPÉDIA, A enciclopédia livre. **Empresa de economia mista.** Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa\\_de\\_economia\\_mista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_de_economia_mista)> Acesso: 14 out. 2008.

APÊNDICE A - GRÁFICOS

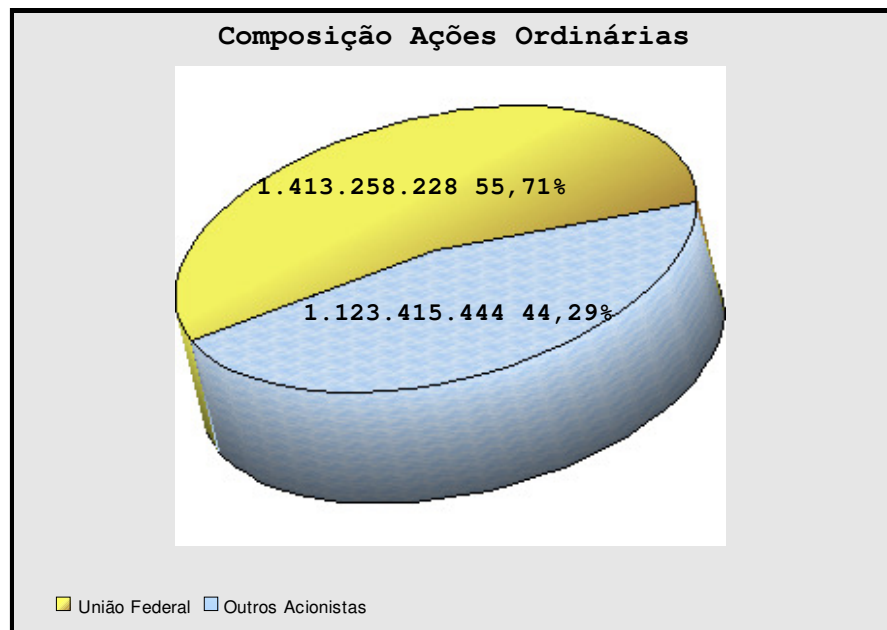


Gráfico 1 - composição Ações Ordinárias Petrobras  
 Fonte: Informações Trimestrais 1T-2008

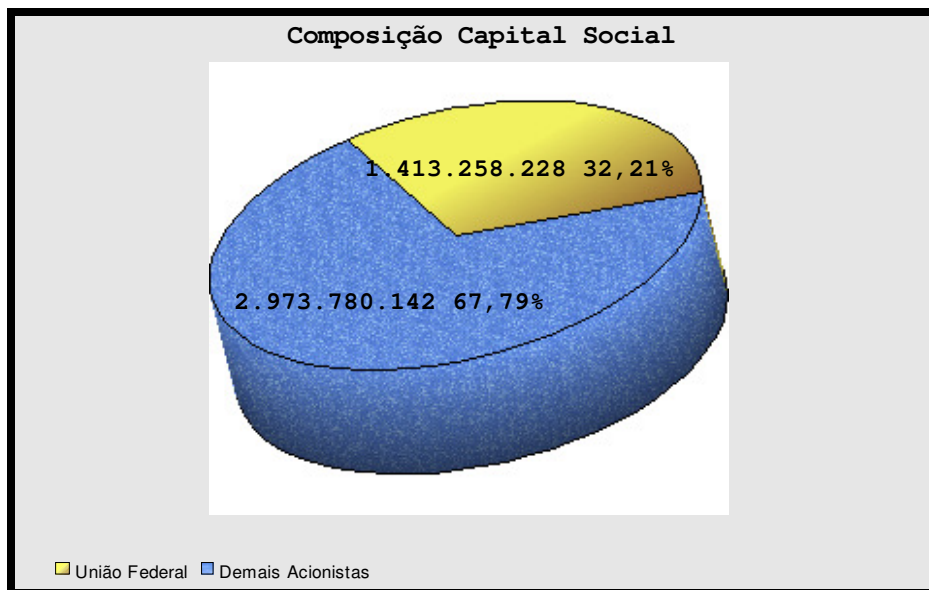


Gráfico 2 - Composição Capital Social Petrobras  
 Fonte: Informações Trimestrais 1T-2008

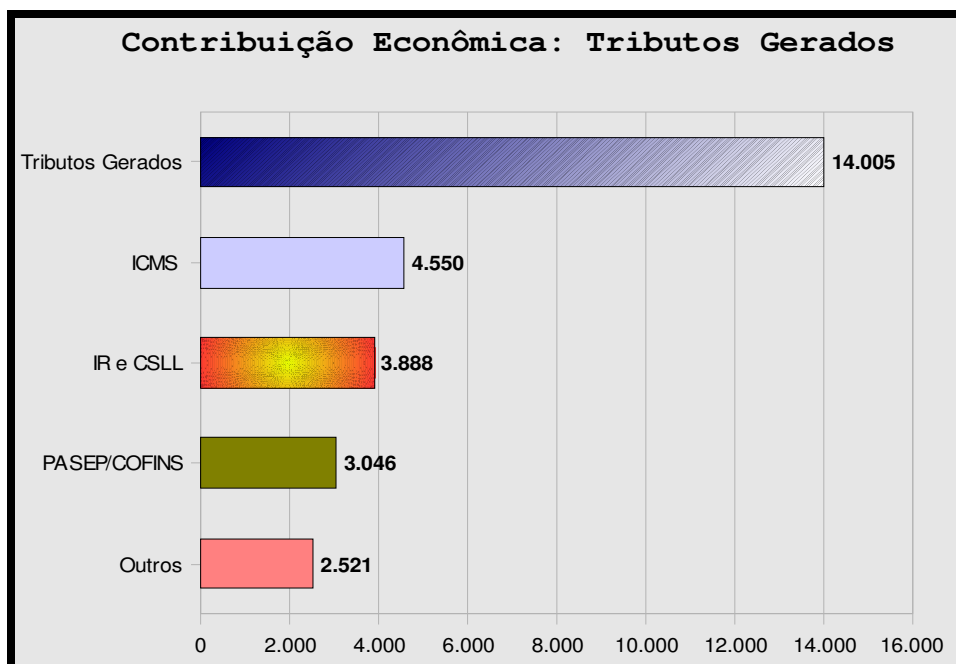


Gráfico 3 - Contribuição Econômica: Tributos Gerados  
 Fonte: Informações Trimestrais 1T-2008

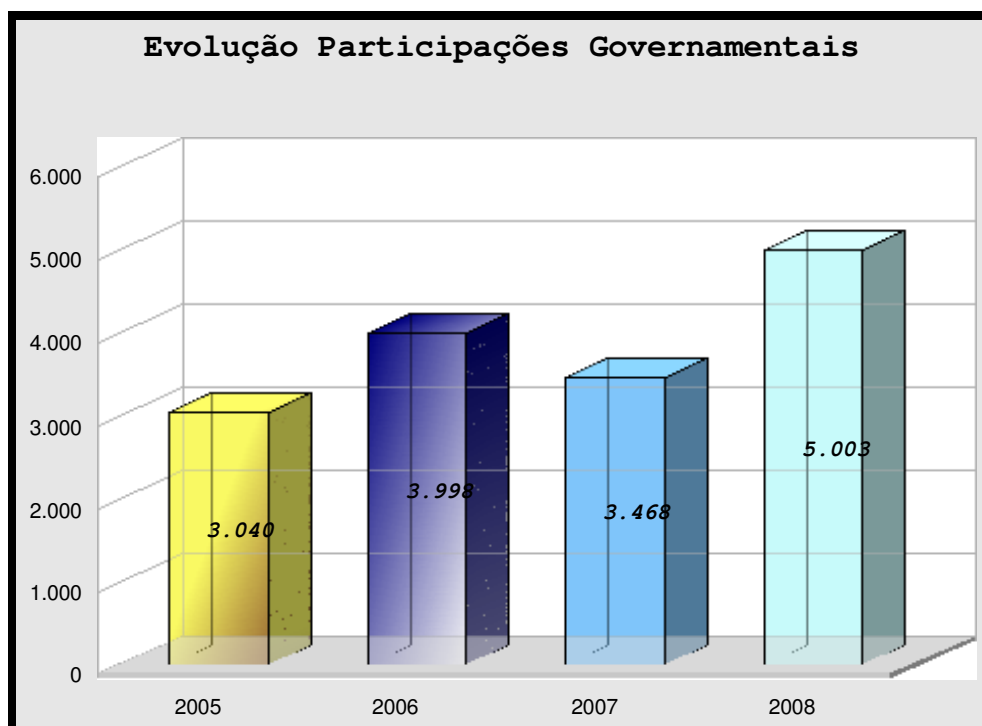


Gráfico 4 - Evolução Participações Governamentais  
 Fonte: Informações Trimestrais 1T-2005 - 2008

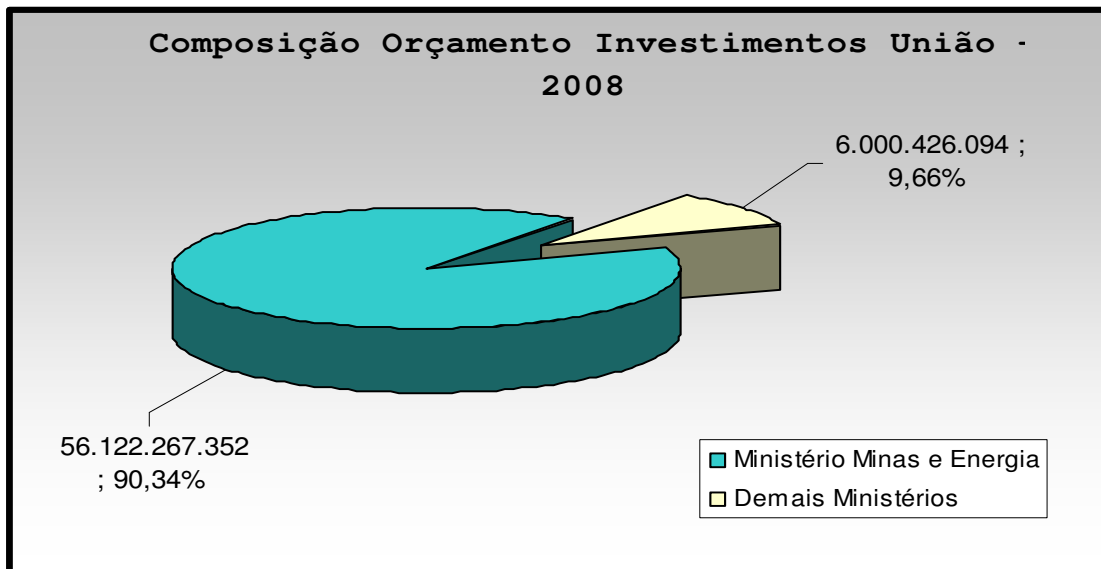


Gráfico 5 - Composição Orçamento Investimentos União - 2008  
 Fonte: Orçamento Anual 2008

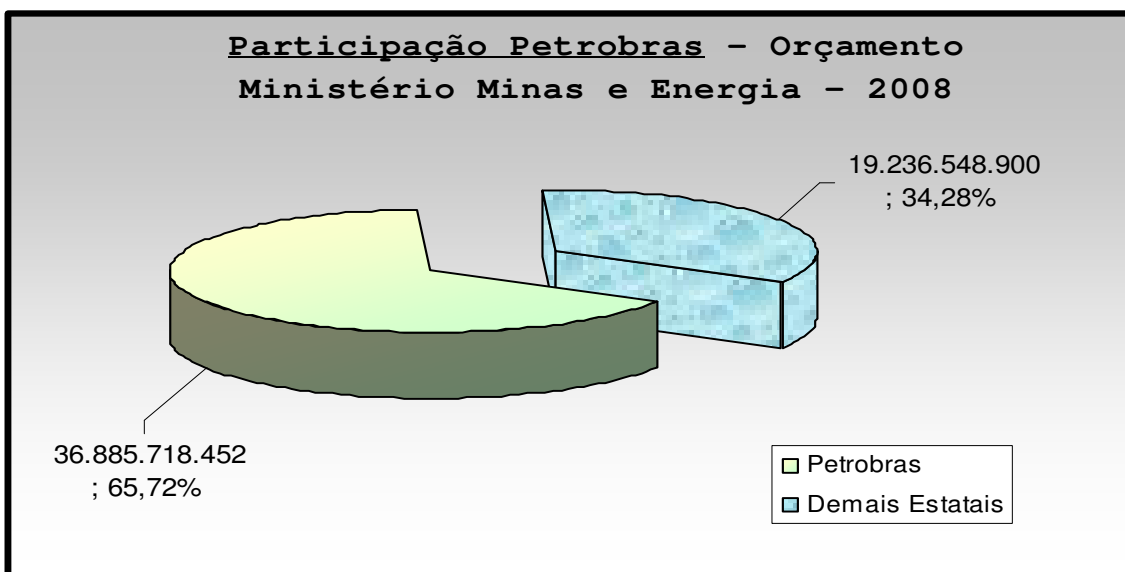


Gráfico 6 - Participação Petrobras Orçamento Ministério Minas e Energia - 2008  
 Fonte: Orçamento Anual 2008

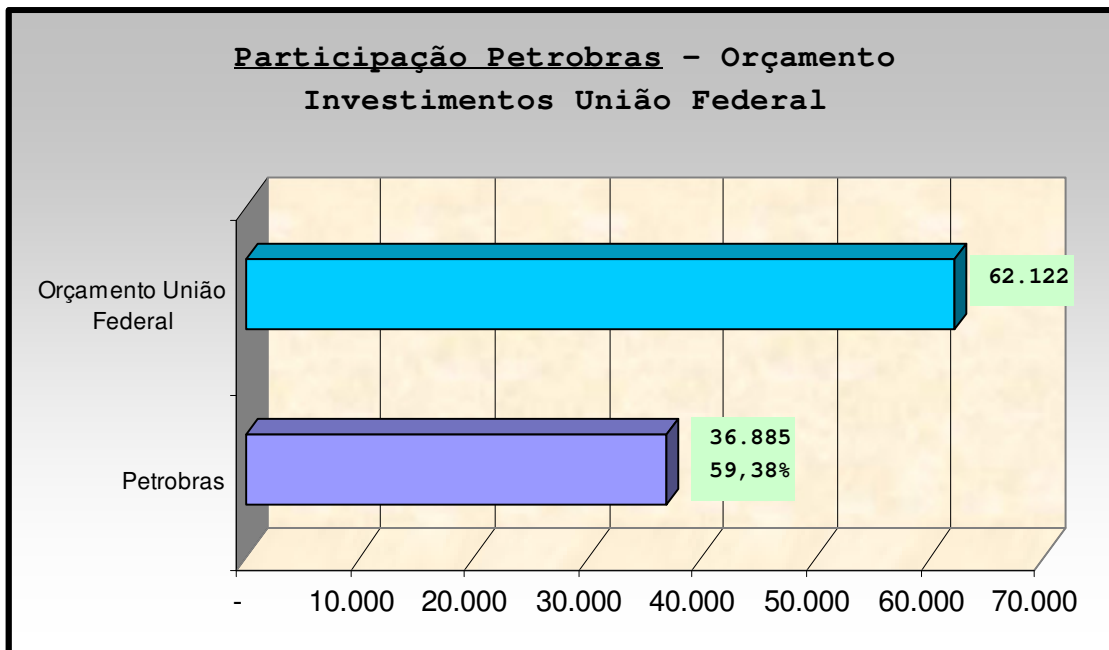


Gráfico 7 - Participação Petrobras Orçamento Investimentos União Federal - 2008 (R\$ 1.000.000)  
 Fonte: Orçamento Anual 2008

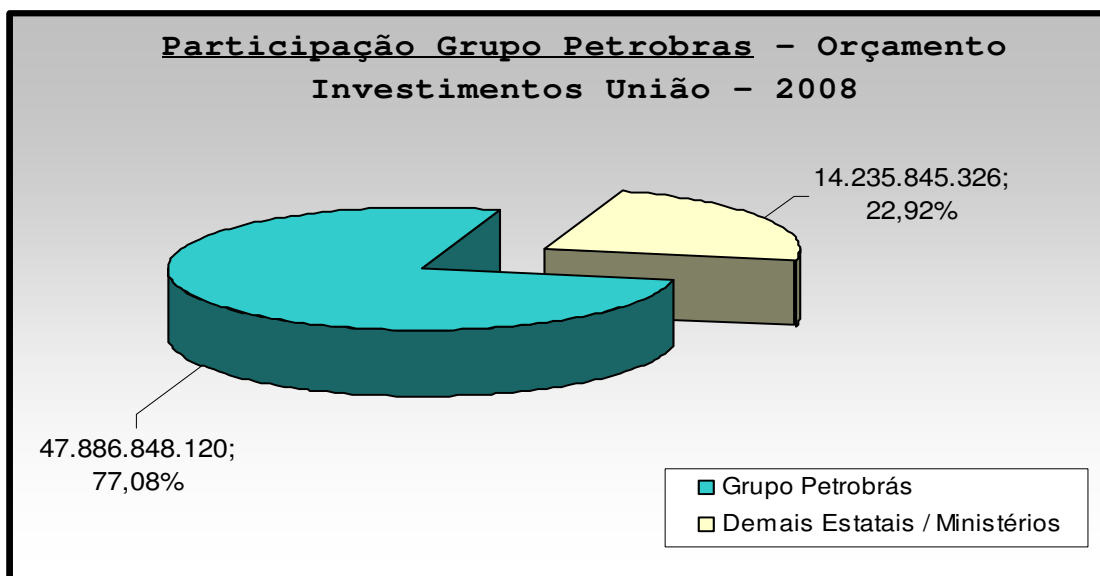


Gráfico 8 - Participação Grupo Petrobras - Orçamento Investimentos União - 2008  
 Fonte: Orçamento Anual 2008

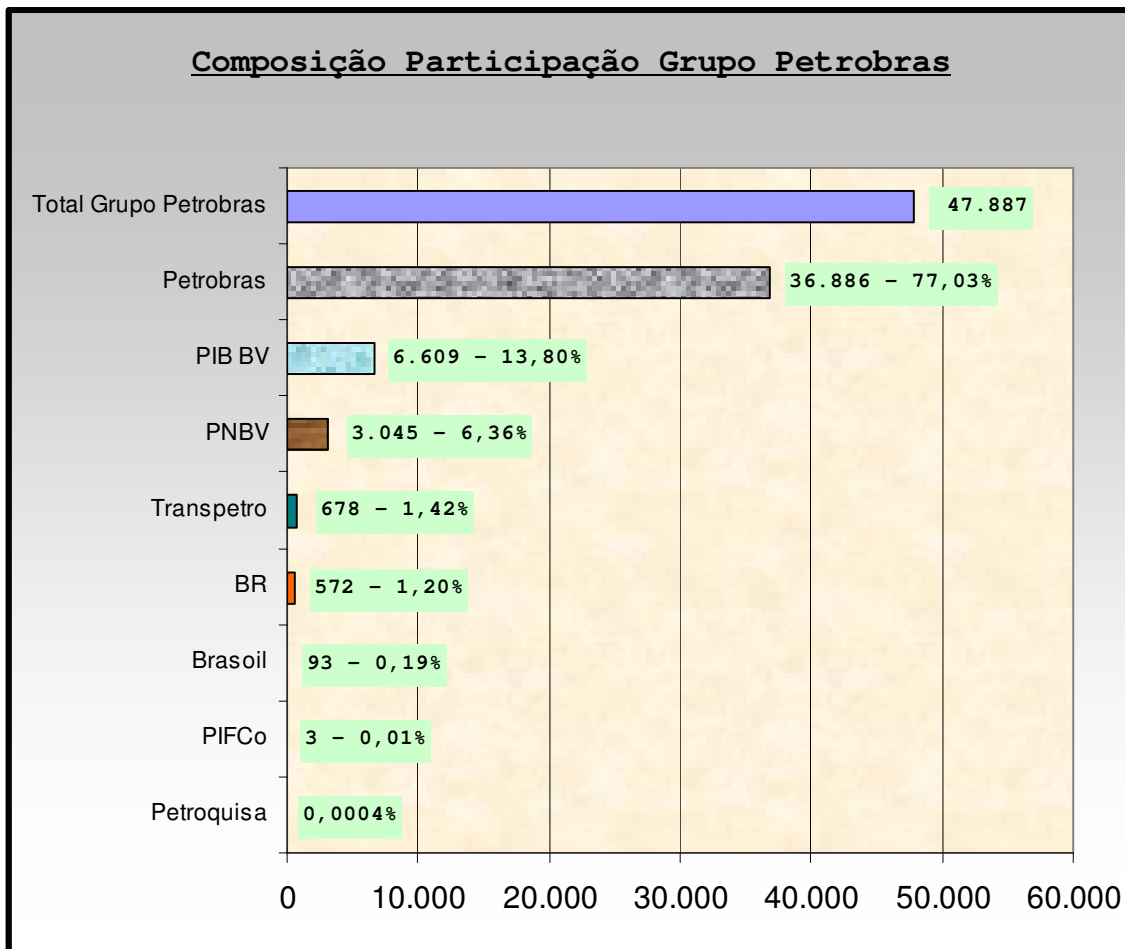


Gráfico 9 - Composição Participação Grupo Petrobras (R\$ 1.000.000)  
 Fonte: Orçamento Anual 2008

- PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
- PIB BV - Petrobras International Braspetro B.V.
- PNBV - Petrobras Netherlands B.V.
- TRANSPETRO - Petrobras Transporte S.A.
- BR - Petrobras Distribuidora S.A.
- BRASOIL - Braspetro Oil Services Company
- PIFCo - Petrobras International Finance Company
- PETROQUISA - Petrobras Química S.A.

**APÊNDICE B – Investimentos em controladas e coligadas / DFC****Anexo I****1.1 Participações da Controladora em Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas**

	R\$ mil	
	31.03.2008	31.12.2007
<b>Controladas</b>		
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	7.179.514	6.836.605
Termorio S.A.	2.604.395	2.569.758
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	3.546.576	2.607.486
Petrobras Internacional Braspetro B.V. – PIB BV	831.699	911.503
Petrobras Química S.A – Petroquisa	2.233.692	1.854.086
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	1.700.255	1.563.234
Downstream Participações Ltda.	1.065.862	1.158.110
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.447.151	1.265.284
Braspetro Oil Services Company – Brasoil	419.412	434.005
Termomacaé Ltda.	732.796	702.766
5283 Participações Ltda.	217.149	229.517
FAFEN Energia S.A.	233.666	230.945
Baixada Santista Energia Ltda.	218.456	218.456
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	139.420	122.109
Termo Ceará Ltda.	174.127	173.102
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística – FII	52.995	50.223
Pramoa Participações S.A. *		850.906
Dapean Participações S.A.	861.501	
U.T.E. de Juiz de Fora	146.643	96.207
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – E-Petro	21.609	21.738
Termobahia S.A.	313.337	
Ágio/Deságio em controladas	1.697.644	1.075.958
	<u>25.837.899</u>	<u>22.971.998</u>
<b>Controladas em Conjunto</b>		
Termoaçu S.A.	458.519	458.519
UTE Norte Fluminense S.A.	56.738	61.193
Ibiritermo S.A.	3.748	4.365
Termobahia S.A.		12.978
GNL do Nordeste Ltda	290	290
	<u>519.295</u>	<u>537.345</u>
<b>Coligadas</b>		
UEG Araucária Ltda.	131.994	132.444
	<u>131.994</u>	<u>132.444</u>
<b>Direitos e Adiantamentos para aquisição de investimentos</b>		
Ativos Distribuição Norte – CBPI	1.101.395	1.097.018
Ipiranga Química		980.131
Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (RPI) **		
	<u>1.101.395</u>	<u>2.077.149</u>
<b>Outros Investimentos</b>	<u>349.521</u>	<u>349.853</u>
	<b><u>27.940.104</u></b>	<b><u>26.068.789</u></b>

\* Controladora direta da Dapean Participações S.A. que foi incorporada na Petrobras em 24.03.2008. Após a incorporação, a Petrobras passou a ser a controladora direta da Dapean.

\*\* Constituída provisão para perdas no valor de R\$ 2.823 mil

## Anexo II

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil			
	Consolidado		Controladora	
	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
<b>Resultado do Período</b>	<b>6.925.062</b>	<b>4.130.719</b>	<b>6.751.225</b>	<b>4.336.320</b>
<b>(+) Ajustes</b>	<b>2.846.350</b>	<b>3.562.638</b>	<b>5.365.910</b>	<b>3.384.269</b>
Depreciação, amortização	2.532.085	2.411.399	1.540.505	1.260.089
Contas petróleo e álcool	(1.511)	(3.487)	(1.511)	(3.487)
Operação com fornecedores de petróleo e derivados – externos			6.158.621	159.448
Encargos com financiamento, empresas vinculadas e projetos estruturados ( <i>project finance</i> )	714.346	(676.198)	(179.345)	784.326
Participação de acionistas não controladores	47.935	476.122		
Resultado de participações em investimentos relevantes	(11.926)	84.130	(797.556)	(52.150)
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	447.915	30.178	314.982	(1.574)
Imposto de renda e contribuições diferidos	737.177	105.886	569.451	35.641
Varição cambial de ativo permanente	484.888	1.749.457		
Varição de estoques	(1.795.620)	875.622	(2.553.065)	698.761
Varição de contas a receber de terceiros e empresas vinculadas	(1.244.196)	79.366	(562.887)	(785.191)
Varição de fornecedores terceiros e empresas vinculadas	821.995	(1.895.367)	457.954	187.803
Varição de impostos, taxas e contribuições	118.915	1.291.967	(292.514)	405.416
Varição de obrigações com projetos estruturados			105.780	27.471
Varição de plano pensão e saúde	330.158	548.319	295.002	491.836
Varição de outros ativos e passivos	(335.811)	(1.514.756)	310.493	175.880
<b>(=) Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>9.771.412</b>	<b>7.693.357</b>	<b>12.117.135</b>	<b>7.720.589</b>
<b>(-) Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>	<b>(10.070.210)</b>	<b>(8.151.372)</b>	<b>(7.262.194)</b>	<b>(4.634.628)</b>
Investimentos em exploração, produção e gás	(5.341.368)	(4.364.259)	(3.929.013)	(3.111.983)
Investimento em refino e transporte	(2.379.798)	(1.101.743)	(2.285.481)	(1.015.816)
Investimento em gás e energia	(1.436.092)	(704.376)	(702.988)	(298.021)
Investimento em distribuição	(81.735)	(104.396)		
Investimento no segmento internacional	(1.196.898)	(1.525.699)	(12.844)	(4.076)
Outros investimentos	(184.992)	(236.793)	(184.740)	(146.768)
Títulos e Valores Mobiliários	514.038	(199.940)		
Dividendos recebidos	36.635	85.834	207.900	36.420
Empreendimentos em negociação			(355.028)	(94.384)
<b>(=) Fluxo de caixa líquido</b>	<b>(298.798)</b>	<b>(458.015)</b>	<b>4.854.941</b>	<b>3.085.961</b>
<b>(-) Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<b>(1.212.441)</b>	<b>(6.908.395)</b>	<b>2.385.184</b>	<b>(10.045.879)</b>
Financiamentos e operações de mútuo, líquido	2.861.395	(1.035.307)	(2.697.040)	(4.172.791)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados			9.156.060	
Dividendos pagos a acionistas	(4.073.836)	(5.873.088)	(4.073.836)	(5.873.088)
<b>(=) Variação líquida no período</b>	<b>(1.511.239)</b>	<b>(7.366.410)</b>	<b>7.240.125</b>	<b>(6.959.918)</b>
<b>Disponibilidades no início do período</b>	<b>13.070.849</b>	<b>27.829.105</b>	<b>7.847.949</b>	<b>20.098.892</b>
<b>Disponibilidades no fim do período</b>	<b>11.559.610</b>	<b>20.462.695</b>	<b>15.088.074</b>	<b>13.138.974</b>